



‘GUERRA’ AOS LIVROS: PRODUÇÃO EDITORIAL E CENSURA NA ABERTURA POLÍTICA

‘War’ on books: editorial production and censorship in political opening

‘Guerra’ a los libros: producción editorial y censura em la apertura política

Marcio de Souza Castilho

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

castilho.uff@gmail.com

Resumo

O artigo se propõe a examinar a heterogeneidade da produção editorial durante a ditadura civil-militar no Brasil, com ênfase no processo de descompressão política promovido no governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Em diálogo com as contribuições trazidas por autores que combinam a análise do ambiente editorial com os instrumentos que garantiram a manutenção do regime, como os processos censórios, buscamos apontar outros caminhos possíveis para investigação acadêmica. O estudo sustenta que a produção e circulação de livros, de temáticas variadas, contribuíram para a formação de um ambiente de discussão sobre a necessidade de superação do modelo autoritário, sem que os militares, com apoio de segmentos da sociedade civil, tenham perdido controle sobre o processo de abertura política.

Palavras-chave: Censura. Ditadura. Livros.

Abstract

This article aims to examine the heterogeneity of the editorial production during the civic-military dictatorship in Brazil, by highlighting the process of political decompression promoted by Ernesto Geisel’s government (1974-1979). In alignment with previous contributions by authors that combined the analysis of the editorial environment with tools that ensured the conservation of the regime, such as censorship processes, we search for alternative paths within academic research. This study sustains that the production and circulation of books, on different subjects, contributed to the formation of a discussion space about the necessity of overcoming the authoritarian regime, without the military, with support of parts of the civil society, everlosing control of this political opening.

Key words: Censorship. Dictatorship. Books.

Resumen

El artículo propone examinar la heterogeneidad de la producción editorial durante la dictadura cívico-militar en Brasil, con énfasis en el proceso de descompresión política promovido en el gobierno de Ernesto Geisel (1974-1979). En diálogo con las contribuciones traídas por autores que combinan el análisis del entorno editorial con los instrumentos que garantizaron el mantenimiento del régimen, como los procesos de censura, buscamos apuntar otros caminos posibles para la investigación académica. El estudio sostiene que la producción y circulación



de libros, de varias temáticas, contribuyeron para la formación de un ambiente de discusión sobre la necesidad de superación del modelo autoritario, sin que los militares, con apoyo de segmentos de la sociedad civil, tengan perdido el control sobre el proceso de apertura política. **Palabras clave:** Censura. Dictadura. Libros.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que o processo de redemocratização, consolidado com a promulgação da Constituição de 1988, forneceu as condições efetivas para evitar quaisquer tentativas de cerceamento das liberdades de expressão artística, cultural e de pensamento? A Carta assegura em seu artigo 5º, inciso IX, que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (BRASIL, 2016), mas processos ainda que indiretos de censura podem coexistir com democracia?

Para Simões (1999), a redemocratização não foi capaz de acabar definitivamente com a censura. Na avaliação do autor, que concentra a análise sobre a censura cinematográfica, sempre haverá tentativas de limitar produções artístico-culturais reivindicadas por diferentes grupos a partir de uma dada visão de mundo, mesmo em períodos considerados de normalidade político-institucional. A mesma linha de raciocínio é adotada por Fico (2002):

A lembrança da censura sempre permanece associada ao último período no qual ela existiu, sendo compreensível, portanto, que, na imprensa e entre os mais jovens, a menção ao assunto remeta imediatamente ao regime militar. Porém, como é sabido, a censura sempre esteve ativa no Brasil, e formas diferenciadas dela persistem mesmo hoje, quando está formalmente abolida" (FICO, 2002, p. 253)

Iniciativa surgida em Porto Alegre (RS), o Observatório da Censura à Arte aponta que de setembro de 2017, com o cancelamento da exposição Queermuseu naquela capital, até abril de 2020 houve episódios de censura em 14 estados brasileiros e no Distrito Federal, totalizando 46 casos, dos quais 24 apenas no segundo semestre de 2019 em estabelecimentos públicos e privados.¹ Importa observar que os atos censórios partem de diferentes níveis de poder – portanto, não se concentram apenas em decisões do Executivo federal, mas de governos estaduais, prefeituras e poderes legislativos locais. Também podem ser demandados por instituições religiosas e de outros segmentos da sociedade civil.

¹ A temática da exposição era voltada à questão da sexualidade, incluindo o universo LGBT. Estava em cartaz no Santander Cultural de Porto Alegre, mas sofreu reações após mobilização do Movimento Brasil Livre (MBL). Os mesmos protestos contra a mostra se repetiram em outras capitais brasileiras. Disponível em <http://censuranaarte.nonada.com.br/>. Acesso 15 abril 2020

Para delimitar o conceito de censura, o projeto baseado em Porto Alegre adota os critérios definidos pelo Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura, da Universidade de São Paulo (OBCOM/USP). Costa (2016, p. 6) também entende que a liberdade de expressão assegurada pela Carta de 1988 não elimina práticas censórias no Brasil, advindas do período colonial, atualizadas no século XXI "em iniciativas indiretas, plurais e capilarizadas". Se durante a ditadura civil-militar as proibições e interdições da produção simbólica e artística passavam pelo crivo da burocracia estatal e dos órgãos de informação, nos anos pós-redemocratização a censura, prossegue a coordenadora do OBCOM, "se manifesta através de ações judiciais, de pressão econômica, de assédio moral, de atitudes políticas de iniciativa do Estado mas, hoje, disfarçada de proteção, política de comunicação, defesa da ordem social" (COSTA, 2016, p. 13).

É conhecida a frase do filósofo Edmund Burke (1729-1797): "um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la". Em 2019, assume a Presidência da República o capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro, cuja vida pública como deputado federal foi marcada por discursos em defesa da ditadura e da prática da tortura, tendo demonstrado uma atitude de enfrentamento aos preceitos democráticos. Ao assumir o poder, recolocou o militarismo no centro da política nacional, e velhos temores dos tempos de arbítrio se reavivaram.² Nesse contexto, entendemos que aprofundar os estudos sobre a produção cultural e o Estado autoritário, bem como sobre os instrumentos que garantiram a manutenção do regime, como os processos censórios, não significa apenas revisitar o passado. A análise crítica deve ser feita a partir das preocupações do presente, ou seja, dos fenômenos que são próprios da sociedade em que estamos inseridos.

Propomos neste artigo recompor o universo multifacetado das produções editoriais durante o processo de abertura política iniciado na gestão de Ernesto Geisel (1974-1979), com todos os recuos e avanços que marcaram esse momento da história política brasileira. A partir de uma metodologia baseada em revisão bibliográfica, optamos por autores, no campo da História e da Comunicação, que combinam a análise do ambiente editorial com as

² Em agosto de 2019, o governo suspendeu o processo de concorrência previsto em edital, lançado em 2018, que previa financiamento para produções LGBT para as TVs públicas, com orçamento de R\$ 70 milhões, provenientes do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Em novembro do mesmo ano, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia convocou uma audiência pública para analisar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental contra o Decreto 9.919/2019. A medida transfere o Conselho Superior de Cinema (CSC) do Ministério da Cidadania para a Casa Civil e modifica a composição do colegiado, conferindo maioria a representantes do governo no conselho. A classe artística identificou na decisão de Bolsonaro uma tentativa de censurar a produção audiovisual brasileira a partir do esvaziamento do CSC, responsável pela elaboração de políticas públicas para a indústria cinematográfica nacional.

transformações históricas e sociais e as relações de força estabelecidas com o Estado autoritário brasileiro.

As distinções e aproximações entre os tipos de censura e um breve resgate sobre algumas relações travadas entre os autores e os órgãos que detinham o poder de interditar publicações – estes em nenhum momento com atuação homogênea ou unívoca, contando com o apoio de setores da própria sociedade civil que demandavam mais censura – estão contemplados na primeira parte da análise. A liberação, ainda que parcial, de documentos sigilosos – formalmente designados como "classificados" – nos planos federal e nos estados, especialmente nas últimas duas décadas, propiciou um ambiente profícuo de estudos acadêmicos versando sobre a produção editorial, com diferentes recortes. Na parte final, buscamos sistematizar parte desses estudos e apontar outros caminhos possíveis na pesquisa sobre livros e censura, esperando dar continuidade à produção de conhecimento nesta área.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Censura e produção editorial

Em dezembro de 1970, chegava às livrarias *113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente*, livro do jornalista Carlos Chagas (1979) lançado pela editora Image sobre os últimos dias do presidente Costa e Silva no poder, de 26 de agosto de 1969, quando um acidente vascular cerebral agravou seus problemas de saúde, até a morte do general em 17 de dezembro daquele ano. A obra de Chagas, titular da Secretaria de Imprensa no governo Costa e Silva, era uma versão ampliada de uma série de reportagens publicadas originalmente em *O Globo* acerca do conturbado processo de sucessão presidencial e da formação de uma Junta Militar que confirmaria, em outubro de 1969, o nome do general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército no Rio Grande do Sul e ex-diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI), para a Presidência da República.³

O livro alcançou, na primeira semana de lançamento, a venda de dois mil exemplares no Rio de Janeiro. Quando a distribuição começava a chegar em outros estados, a edição foi apreendida por ordem direta de Alfredo Buzaid, ministro da Justiça do governo Médici, ainda que o jornalista estivesse de posse de uma autorização assinada pelo general Luiz Carlos Reis de Freitas, da Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal (DPF) da Guanabara.

³ A série de 21 reportagens foi publicada originalmente em *O Globo* entre 7 de janeiro e 6 de fevereiro de 1970. *O Estado de S. Paulo* também reproduziu naquele ano o trabalho de Carlos Chagas.

Sobre o encontro com o ministro da Justiça, Chagas (1979, p. 21/22) relata: "Mostrei-lhe autorização da Polícia Federal, surpreendeu-se um pouco, pediu licença para tirar uma xerox do documento mas, logo depois, recompondo-se, atalhou: 'Bem, quanto ao problema de costumes, seu livro está liberado, mas não quanto à segurança nacional'".

A obra *113 dias de angústia* só voltou a ser editada em 1979, sem alguns dos instrumentos da estrutura autoritária que permitiram aos chefes militares manter o controle da liberalização política, como o Ato Institucional nº 5, extinto em 31/12/1978. O livro foi publicado pela L&PM editores.

A distinção feita por Buzaid para justificar a proibição, classificando a obra não como contrária aos costumes mas atentatória à segurança nacional, denota a importância de demarcarmos dois tipos de censura durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985),⁴ sobretudo a partir do início dos anos 1970: a censura em torno da "defesa da moral e dos bons costumes" e a censura política (MARCELINO, 2011).

No primeiro caso, a promulgação do decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, na gestão do próprio Buzaid, forneceu as principais diretrizes para a censura prévia de publicações classificadas como contrárias "à moral e aos bons costumes". Marcelino (2011) entende que a novidade residia no fato de o referido instrumento legislativo incidir sobre livros e revistas, especialmente os de grande circulação no território nacional, com rigor censório mais estruturado. A tarefa de proceder à verificação prévia de publicações consideradas imorais caberia ao Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) do Departamento de Polícia Federal (DPF), transformado dois anos depois em Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), ampliando seu status no organograma do aparelho burocrático do Estado autoritário.

Interessante observar que o SCDP fora criado em 1945 em substituição ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, o que demonstra uma tradição da prática censória, mesmo em regimes democráticos, atendendo, conforme Marcelino (2011, p. 41), "às aspirações de uma parcela moralmente mais conservadora da sociedade, sempre preocupada com um suposto processo de desregramento dos costumes e com o papel dos meios de comunicação nesse sentido".⁵ Contudo,

⁴ Compartilhamos a ideia de que o golpe de Estado partiu de uma articulação entre segmentos das Forças Armadas e a burguesia nacional, da qual faziam parte diferentes instituições da sociedade civil, incluindo os proprietários dos meios de comunicação. Por isso preferimos adotar a nomenclatura civil-militar na articulação do movimento que forneceu as condições para a derrubada do presidente João Goulart.

⁵ O SCDP foi criado em 26 de dezembro de 1945 pelo decreto-lei nº 8.462, regulamentado posteriormente pelo decreto-lei nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

diferentemente do DIP, que tinha como uma de suas atribuições exercer tanto a censura de diversões públicas como a censura da imprensa, o papel do SCDP, na ditadura civil-militar, deveria se restringir ao exame de peças teatrais, produções fonográficas, filmes, programação de emissoras de rádio e TV e, a partir do decreto-lei nº 1.077, livros e revistas "ofensivos à moral e aos bons costumes".

Nesta linha de raciocínio, a nova norma legislativa, apesar de fazer uso do termo "publicações", não englobava a censura de assuntos mais diretamente vinculados à temática política, estes com maior predominância nos órgãos de imprensa. Vale salientar que, mesmo antes da edição do AI-5, a Constituição de 1967, além de ampliar os poderes do presidente da República, buscou, como salienta Kushnir (2004, p. 82), “incorporar os atos de exceção e, no palco das encenações que também é a arena política, apresentar as diretrizes pós-1964 devidamente ordenadas, fazendo da restrição a regra”. Naquele ano, a lei nº 5.250, conhecida como Lei de Imprensa, e o decreto nº 314, impondo ao país a Lei de Segurança Nacional (LSN), já indicavam a intenção dos militares de fechar politicamente o regime.

Com o AI-5, anunciado em rede nacional de televisão em 13 de dezembro de 1968, ao Executivo era permitido fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, tirar os direitos políticos de qualquer cidadão, confiscar bens, suspender o direito ao *habeas corpus* e proibir manifestações públicas. As medidas adotadas pelo governo Costa e Silva fortaleciam também os órgãos da chamada comunidade de informações.⁶ Por estes motivos, muitos autores consideram o AI-5 o “golpe” dentro do golpe de 1964 (REIS FILHO, 2004, p. 128) ou o primeiro golpe puramente militar no país “sem o apoio ou estímulo de qualquer setor político civil” (Pedreira, apud SKIDMORE, 1988, p. 171).

A medida também causou forte impacto no campo jornalístico. A montagem de tal aparato repressivo, incluindo invasão policial nas redações, apreensão de exemplares e expurgos, marcou o início de um processo gradual de esvaziamento do debate político no noticiário. Algumas publicações passaram a ser alvo de censura prévia, enquanto outras aderiram a uma prática de autocensura, optando naquele momento por permanecerem próximas às cercanias do poder. “Nesse momento, a responsabilidade pela censura no interior do jornal passava a ser assumida por sua direção e não mais pelos órgãos do governo” (Aquino, apud CARNEIRO, 2002, p. 518).

⁶ Dentre os órgãos do aparato repressivo destacavam-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas ramificações regionais, o Centro de Informações do Exército (CIEX), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Departamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/Codi) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

A finalidade da atividade censória nos anos 1960 e 1970 apresentava outras particularidades. Muitos agentes responsáveis pelo controle do conteúdo noticioso – e outras publicações, como livros de cunho político – atuavam num órgão que sequer constava oficialmente no organograma do Estado. Tratava-se do Setor de Imprensa do Gabinete (Sigab), ligado ao diretor-geral do DPF, encarregado, por exemplo, de comunicados escritos ou telefonemas sobre os assuntos que não deveriam ser publicados.⁷ As ordens impressas, conhecidas como “bilhetinhos”, geralmente eram anônimas, de autenticidade duvidosa, e começavam com a inscrição “De ordem superior, fica proibido...”.

Desse modo, Marcelino (2011) observa que a segunda modalidade de censura – a mais propriamente política – não advinha do decreto-lei nº 1.077, que estruturou, como salientamos anteriormente, a censura "em defesa da moral e dos bons costumes", mas estava embasada em diferentes dispositivos autoritários promulgados no final dos anos 1960, como a Lei de Imprensa e, principalmente, a Lei de Segurança Nacional, "de modo escamoteado, e com todos os constrangimentos advindos de uma prática nitidamente arbitrária" (2011, p. 24). Lógica muito semelhante era aplicada à produção editorial naquele contexto. A atuação da comunidade de informações, a partir do AI-5, para examinar os livros considerados "subversivos" é indicativa da distinção entre censura de cunho moral/comportamental e censura política, esta obedecendo "a diretrizes sigilosas, de caráter 'revolucionário', e, por ser nitidamente arbitrária, não podia sequer ser conhecida da população" (idem, p. 72).

A preocupação em estabelecer as diferenças entre os dois tipos de censura não deve ser vista, porém, de modo reducionista a ponto de sugerir que essas instâncias tinham um funcionamento dicotômico. Temas políticos nas diversões públicas também passavam pelo crivo da DCDP, embora com menor peso se comparados aos assuntos relacionados à dimensão da moralidade. Um dos fatores que apontam para a complexidade da questão da censura no Brasil no período ditatorial diz respeito ao próprio decreto-lei nº 1.077, o qual abre brechas para, a partir do argumento da censura de costumes, interditar livros vistos como ameaça à segurança nacional. Assim, embora o artigo 1º do decreto-lei dispusesse sobre censura prévia para "publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação", levava em conta, em suas considerações iniciais, que "o emprego desses meios obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional" (BRASIL, 1970).

⁷ Em abordagem diferente da apresentada por Marcelino (2011), o Sigab aparece com outra denominação (Serviço de Informação do Gabinete) em Kushnir (2004), para quem o órgão estaria subordinado não ao Departamento de Polícia Federal, mas ao gabinete do ministro da Justiça.

As incongruências e dubiedades presentes na legislação, além de permitir o entrelaçamento dos dois tipos de censura, eram incorporadas pelos agentes públicos em diferentes níveis de hierarquia no *establishment* político, desde os que atuavam na ponta dos órgãos censórios, "os quais percebiam o ambiente de fortes mudanças dos padrões de moralidade como uma verdadeira derrocada em direção à 'subversão'" (MARCELINO, 2009, p. 320), chegando até o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid:

[Buzaid] dizia que "a preocupação do governo consistiu em banir do mercado as publicações obscenas" e "proibir, terminantemente, que os agentes do comunismo internacional se servissem do rádio e da televisão para exercer, através de programas insidiosos, influência subliminar ao seio das famílias". Para o ministro, "a campanha insidiosa dos agentes do comunismo internacional está em desnudar a alma no que tem de mais reservado e secreto, para dar-lhe expansões de liberdade (...), para pôr de público grandes dramas morais que envilecem e desonram (idem, p. 321)

A percepção da desordem moral e da "corrupção dos lares" como um plano do comunismo internacional era compartilhada por segmentos da sociedade civil, que estabeleciam uma relação direta entre imoralidade e subversão política, como atesta Fico (2002) com a análise das cartas de cidadãos comuns remetidas a DCDP. Nessa perspectiva:

a "desagregação" da "família brasileira" era o objetivo inicial da subversão, afinal "o comunismo começa não é pela subversão política. Primeiro ele deteriora as forças morais para que, enfraquecidas estas, possa dar o seu golpe assassino". Desse modo, a censura era instada a não esquecer, jamais, "que vivemos uma '**guerra total, global e permanente**', e o inimigo se vale do recurso da corrupção dos costumes para desmoralizar a juventude do país e tornar o Brasil um país sem moral e respeito" (FICO, 2002, p. 261, grifo nosso).

2.2 O governo Geisel: da estruturação ao recrudescimento censório

A justificativa moral para proibição de obras "atentatórias à segurança nacional" ou a preocupação com as temáticas políticas no âmbito da DCDP demonstram a complexidade do debate sobre a censura durante o Estado autoritário. São essas particularidades que ajudam, na visão de historiadores (FICO, 2002; MARCELINO, 2009, 2011), a evitar certas generalizações, revelando imbricações mas também nuances entre as duas modalidades censórias, de acordo com as relações de força estabelecidas num determinado momento histórico.

Se o decreto-lei nº 1.077/70 e as sucessivas portarias e instruções normativas na gestão de Alfredo Buzaid contribuíram para a estruturação da censura, pode-se afirmar que o momento de consolidação e a atuação mais ostensiva dessa prática, em ambas as modalidades (política e de costumes), ocorreram não no período que se convencionou chamar "anos de chumbo" mas enquanto transcorria o processo de distensão política "lenta, gradual e segura" do governo de Ernesto Geisel, quando Armando Falcão era ministro da Justiça (1974-1979). Conhecido nos bastidores da política por cunhar a frase "Nada a declarar!", dirigida reiteradamente aos repórteres, Falcão era identificado com setores mais radicais do regime, a chamada "linha dura", que naquele momento mostravam insatisfação com o processo de abertura.

A partir de um levantamento extraído do fundo documental da DCDP, Reimão (2011) registra um universo de 492 livros submetidos entre 1970 e 1988 à verificação daquela divisão, dos quais 432 somente no intervalo 1974-79, período em que Falcão esteve à frente da pasta. Entre as obras vetadas, 301 de um conjunto de 313 publicações sofreram a ação da censura durante a gestão do ministro da Justiça. Em 1975, por exemplo, ano emblemático desse recrudescimento censório, foram submetidos 132 livros ao fundo da DCDP, sendo que 109 foram vetados, representando 82% do total. A autora observa que, "da listagem total de aproximadamente 490 livros (...) cerca de 140 são de autores nacionais; destes, setenta foram vetados, sendo que sessenta deles podem ser classificados como eróticos/ pornográficos".⁸

O ministro Armando Falcão, os técnicos da DCDP a ele subordinados e a assessoria jurídica do Ministério da Justiça pareciam assim responder com afinco à sanha censória dos segmentos mais conservadores da sociedade com as suas missivas encaminhadas ao poder em Brasília. Como destaca Fico (2002), em nenhuma outra fase do regime ditatorial houve tantas cartas de cidadãos clamando por mais censura. No período compreendido entre 1968 e 1985, ou seja, do ano marcado pelo início da vigência do AI-5 até a devolução do poder aos civis, o governo militar recebeu aproximadamente 200 cartas, com maior fluxo registrado entre 1976 e 1980. O perfil dos missivistas era composto por homens, seguidos de associações cívicas e entidades diversas e, em terceiro lugar, as mulheres, "aqui não se computando o bom número de entidades congregadoras de mulheres defensoras da moral e dos bons costumes, espécie de

⁸ Reimão (2011) opta por trabalhar com números aproximados por considerar a possibilidade de os livros terem sido apresentados mais de uma vez e, em outras situações, com nomes diferentes. Ela também frisa que os dados fazem parte de uma documentação preservada, o que não significa corresponder ao total originalmente encaminhado para o acervo. Muitos documentos podem ter sido extraviados ou mesmo eliminados por agentes da ditadura.

seguimento natural das famosas 'marchas da Família, com Deus, pela liberdade" (FICO, 2002, p. 269).

O aumento do rigor censório sobre produções editoriais de diferentes perfis coincide, portanto, com o processo de abertura política iniciado em meados dos anos 1970. Geisel e seu estrategista político, o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência, manifestavam publicamente o desejo de promover a distensão "lenta, gradual e segura" mas em nenhum momento perder controle sobre ela. Enquanto dava demonstrações de abrir um canal de interlocução com a sociedade civil, o governo, na segunda metade dos anos 1970, permaneceu fazendo uso dos poderes conferidos pelo AI-5 para cassar parlamentares, fechar o congresso, perseguir opositores e censurar publicações.

O caso Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura, encontrado morto em outubro de 1975 nas dependências no Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo, e a tortura e execução de Manoel Fiel Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos, que também estava sob a custódia do II Exército, em janeiro de 1976, ocorreram em meio a esse conturbado ambiente político. Porém, apenas em 31 de dezembro de 1978, pouco antes de deixar o comando para Figueiredo, o presidente Geisel revoga o AI-5 e com ele algumas medidas que restringiam liberdades e mantinham o Legislativo e o Judiciário sob controle do Planalto. Sem o AI-5, era restabelecido o direito ao *habeas corpus* e também estavam revogadas as penas de morte e banimento.

Alguns historiadores, como Carlos Fico e Heloísa Greco, buscaram problematizar a divisão entre militares "duros" e "moderados". Fico defende a tese de uma "utopia autoritária" que teria perpassado todos os governos do ciclo militar, unificando-os em torno "de um projeto repressivo que foi globalmente implantado pela 'linha dura' quando ela tornou-se vitoriosa, deixando de ser 'grupo de pressão' e assumindo a posição de 'comunidade de informações e de segurança'" (FICO, 2002, p. 255). Segundo o autor, a desmontagem dessa estrutura autoritária foi o principal entrave de Geisel e de seu sucessor, o general João Figueiredo (1979-1985), na condução da abertura política. "Portanto, parece evidente que havia um 'projeto repressivo, centralizado, coerente', sendo a censura 'um de seus instrumentos repressivos'" (idem). Nesta mesma linha, Greco (apud MAUÉS, 2009, p. 118) aponta que, apesar de os diferentes governos na ditadura apresentarem especificidades, não divergiam quanto "ao arcabouço ideológico do regime traduzido, como vimos, no binômio desenvolvimento e segurança, ou aos elementos que constituem o terror".

2.3 Livros e diversidade temática

É dentro da complexidade de um quadro permeado por disputas de força e movimentos de "sístoles" e "diástoles" – metáfora médica usada por Golbery em referência a períodos de tensão e distensão – que devemos examinar o movimentado mercado editorial neste período.

A censura a livros classificados como “pornográficos” ou “contrários à moral e aos bons costumes” ocupa boa parte da atenção de pesquisadores (MARCELINO, 2011; REIMÃO, 2011), decorrente até, como mencionamos, do controle e da pressão exercida pela DCDP sobre essas obras. Silva (1989), em *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão*, foi um dos precursores a estudar os embates entre escritores e órgãos censórios a partir de um levantamento de livros censurados nos 21 anos de Estado autoritário, com ênfase no processo judicial contra Rubem Fonseca, autor do livro de contos *Feliz ano novo*.

Importa notar que os anos 1970 foram marcados por um processo criativo e efervescente de produção literária de ficção em meados dos anos 1970. Uma nova geração de escritores promoveu uma renovação estilística ao valorizar uma narrativa alegórica para discutir a realidade do país e explorar, conforme Reimão (2011, p. 62), “novas formas de comportamento e de visões alternativas do real e do mundo”. Emblemáticas dessa fase são *Zero*, de Ignácio Loyola Brandão, lançado pela Editora Brasília/ Rio, e o próprio *Feliz ano novo*, pela Editora Artenova, ambos lançados em 1975 no país. Dentre as análises sobre as relações entre literatura e política neste momento de emergência das obras de ficção pela geração pós-75, também podemos destacar os trabalhos de Holanda e Gonçalves (s.d), Sosnowski e Schwartz (1994) e Sussekind (2004).

A opção estilística metaforizada era uma forma de escapar da tesoura censória da pasta comandada por Armando Falcão. Enquanto algumas obras literárias, de conotação política, eram classificadas como “ofensivas à moral e aos bons costumes”, outras não chegavam a ser censuradas. Embora submetidas à verificação da DCDP, tinham circulação restrita,⁹ e os órgãos responsáveis entendiam que a interdição poderia aumentar a repercussão junto ao público. A ditadura, portanto, não ignorava o fato de que essas publicações tinham baixa penetração na sociedade. Registra-se neste período o processo de transformações ou “revolução dos costumes” por que passava a sociedade brasileira e as inovações tecnológicas

⁹ Apesar da expansão do número de títulos e exemplares e queda na taxa de analfabetismo durante o chamado “milagre econômico” no governo Médici (1969-1974), o país contava, segundo dados do Censo de 1970, com apenas 500 mil leitores habituais, não necessariamente compradores de livros, numa população economicamente ativa de 30 milhões de brasileiros (MARCELINO, 2011).

que propiciaram condições favoráveis para a emergência da televisão como veículo de massa nos anos 1960/1970. Nas palavras de Ignácio Loyola Brandão, o regime "consentia", apontando que "havia em relação à literatura mais elasticidade" (Brandão, apud MARCELINO, 2011, p. 98):

Os governantes não desconheciam a realidade cultural brasileira. O imenso número de analfabetos (que eles mantiveram), a pouca leitura, as edições de livros mínimas e, quem sabe, a certeza de que nenhum livro coloca armas na mão de ninguém

O escritor Antonio Candido também reconhecia que a ditadura variava a atuação censória de acordo com o meio de comunicação e o respectivo alcance do público (Candido, apud REIMÃO, 2011, p. 93):

Controle total na televisão e no rádio, quase total nos jornais de maior circulação, muito grande no teatro e na canção; nos livros e nos periódicos de pouca circulação a repressão é mais branda, porque em razão direta do alcance dos meios de comunicação

De um lado, publicações de cunho erótico e sexual, no plano da imoralidade, incluindo neste caso o romance político. De outro, a literatura de pensamento marxista, nacional ou estrangeira, e livros analíticos sobre a realidade brasileira, no campo da "subversão". Carneiro (1997), Pereira (2010) e Maués (2013), dentre outros, dedicam a análise desta segunda vertente. Estes livros vetados ou submetidos à verificação por apresentar uma conotação mais diretamente política também se constituíram assim como categoria importante no mercado editorial durante a ditadura civil-militar. Reiteramos, contudo, que as duas modalidades de censura não eram excludentes. Tanto que os autores dedicados ao exame dos livros "pornográficos" abarcam também em suas pesquisas a dimensão política.

No campo jornalístico, o caso Herzog favoreceu a veiculação de matérias denunciativas em páginas de jornais e revistas contra o arbítrio, marcando uma etapa no processo de reconfiguração sobre o papel da imprensa após um período de esvaziamento do debate político no noticiário, sobretudo depois da edição do AI-5, em 1968. Segundo Abreu (2002, p. 25), a partir da tortura e assassinato de Herzog, a imprensa passa "a agir com mais desenvoltura em defesa da volta à democracia, da anistia e da liberdade de expressão". Também Kucinski (apud KUSHNIR, 2004, p. 53) vai observar que o caso Herzog ajudou a diminuir a prática de autocensura, instrumento tácito usado para a legitimação do regime. Para

o autor, "foi preciso o assassinato do jornalista pelo DOI-CODI de São Paulo para que o jornalismo complacente entrasse em crise generalizada dentro das redações".

O mercado editorial parece ter acompanhado essas mudanças a partir de meados dos anos 1970. Uma parte das matérias investigativas, assim denominadas em jornais e revistas de circulação nacional, estendeu-se para outro suporte, o livro-reportagem. A obra *113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente*, de Carlos Chagas, mencionada no início do trabalho, insere-se neste tipo de produção editorial, que surgiu originalmente como série jornalística publicada em jornal, migrando posteriormente para o formato livro em obra reeditada em 1979.

Outros jornalistas privilegiaram trabalhos contestatórios, buscando desvelar as arbitrariedades do Estado autoritário, sobretudo questões envolvendo tortura, repressão política e resistência armada, incluindo a formação de guerrilhas no enfrentamento ao regime. No caso de *A sangue quente – a morte do jornalista Vladimir Herzog*, de autoria de Hamilton Almeida Filho, o assunto ganhara primeiro as páginas impressas do alternativo *Ex* antes de ser publicado em 1978 pela Editora Alfa-Ômega. Já o título *Dos porões da delegacia de polícia*, lançado em 1979 por Marionósio Trigueiros Filho, reúne matérias publicadas pelo jornalista ao longo de 17 anos de existência do jornal *O Combate*, de Londrina (PR).¹⁰ Também podemos citar *1964 – visto e comentado pela Casa Branca*, de Marcos Sá Correa (1977), editado pela L&PM. O livro, publicado no governo Geisel, remete aos primeiros anos do regime. Correa comprova a participação estadunidense na deposição do presidente João Goulart, com a revelação de documentos inéditos arquivados na Biblioteca Lindon Johnson, da Universidade do Texas, em Austin (EUA).

Ao momento de abertura política controlado no governo Geisel corresponde um ambiente promissor de produção de reportagens formatadas para o suporte livro. Contudo, se a análise das obras de ficção com os autores da chamada geração pós-75 e da literatura política tem sido contemplada em estudos aos quais já fizemos referência, o mesmo não ocorre em relação aos livros-reportagem. Entendemos haver, portanto, um campo de exploração amplo na pesquisa acadêmica sobre as publicações de não ficção de teor jornalístico e eventualmente a forma como autores e editores lidaram com o complexo aparato censório. Ao contrário do romance político, vale salientar que, nos livros-reportagem, os jornalistas se valem de um relato comprometido com o processo de apuração, recorrendo à

¹⁰ Não foi possível localizar a editora que publicou a versão original do livro. A obra foi reeditada em 2013 pela Editora Kan.

pesquisa documental, observação e entrevistas, em linguagem direta, informativa, sem subterfúgios estilísticos.

Em um dos poucos trabalhos dedicados ao tema, mas tendo como recorte as editoras de oposição ao regime militar, Maués (2016) resgata o papel da Editora Global, que lançou, entre 1979 e 1980, alguns títulos de não ficção reunidos na coleção *Passado & Presente*: *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, de Antônio Carlos Fon (1979); *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*, de Fernando Pacheco Jordão (1979); *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela (1979); *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda (1980); e *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Syrkis (1980). Todos foram produzidos em linguagem do tipo referencial a partir de rigorosa apuração jornalística, à exceção de *Os carbonários*, que se enquadra num rol de obras memorialistas sobre a ditadura.¹¹

Em termos gerais, verifica-se, portanto, que as publicações apresentam abordagem crítica apresentando questões sensíveis para os militares, tais como o golpe de 64, sucessão presidencial, repressão política, com especial destaque para o caso Herzog, dentre outros temas. Já o detalhamento das questões técnicas, empresariais, discursivas afeitas à dimensão interna da produção editorial e a análise sobre a inserção desses bens culturais em macroestruturas, definidas no tempo e no espaço social de sua produção, exigiriam um exame mais aprofundado dos livros-reportagem apurados e redigidos por jornalistas.

3 CONSIDERAÇÕES

Ao lado de outros bens simbólicos, a produção editorial exerceu papel importante no momento histórico de abertura política ao fomentar o pensamento crítico, contribuindo para a formação de um ambiente de discussão sobre a necessidade de superação do modelo autoritário. Escritores, intelectuais, jornalistas e editores colaboraram assim "para a metamorfose da realidade, suplantando sua condição de meros espectadores conformados" (CARNEIRO, 2002, p. 167), o que não significa, entretanto, que os militares tenham perdido controle sobre o processo de descompressão do regime.

As nuances desse processo emergem se verificarmos as relações travadas entre os órgãos censórios e os autores/editores. O consentimento do governo Geisel ao lançamento de

¹¹ A esse respeito, ver SILVA, Mario Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

diferentes títulos parece configurar uma das particularidades naquele contexto. Como vimos, uma parte das obras ficcionais, de viés político, passava pelo crivo da DCDP mas não chegava a ser censurada pois a circulação era restrita junto ao público, de modo que a interdição poderia ter um efeito contrário, aumentando a repercussão do livro na sociedade. Nessa perspectiva, a circulação dessas publicações deveu-se menos a um afrouxamento do rigor censório do que uma política de controle e seletividade sobre os tipos de produções culturais a serem vetados a depender dos suportes comunicacionais e do impacto da sua visibilidade junto à opinião pública.

O exame de todas essas questões permite-nos visualizar de modo mais refinado a heterogeneidade da produção editorial na segunda metade dos anos 1970. Buscamos recompor esse cenário, a partir de alguns estudos consolidados sobre o tema, apontando também possibilidades de investigação acadêmica, como as obras de não ficção de cunho jornalístico, que devem ser inseridas em sua historicidade – portanto, o texto dentro de um conjunto de práticas sociais e políticas mais amplas. O mercado editorial incorpora neste período a produção de livros-reportagem. Em alguns casos, os autores conseguiam revelar contradições contidas nos trabalhos de investigação dos aparatos repressivos, o que levanta outro aspecto fundamental: a forma como jornalistas lidaram com os órgãos censórios.

Compartilhamos a ideia de que examinar o passado não é circunscrevê-lo numa época histórica específica, mas pensá-lo a partir das preocupações da contemporaneidade. Processos censórios podem coexistir em sistemas democráticos, ainda que sob outra roupagem, com novos tipos de constrangimento, na forma de pressão econômica, aparelhamento estatal em conselhos culturais ou editais que restringem a participação de projetos que lidem com a diversidade de gênero e sexualidade. Embora a Constituição de 1988 disponha sobre a liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, assegurá-la é um processo em permanente construção. Ao reavivarmos esse debate a partir do processo de abertura política no Brasil, o intuito é, em última instância, promover uma reflexão sobre a importância de não repetirmos a política de silenciamentos e interdições que tão graves prejuízos trouxe ao conhecimento e à cidadania num passado recente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.



BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016, 496p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.077**. Diário Oficial da União. Atos do Poder Executivo, Brasília DF, 26 jan 1970. Seção 1, p. 577.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas. O Deops e as minorias silenciadas**. São Paulo, Estação Liberdade, Arquivo do Estado, SEC, 1997.

_____. **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Isto não é censura – a construção de um conceito e de um objeto de estudo. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – **Intercom**, São Paulo/SP, 2016. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3448-1.pdf>

CHAGAS, Carlos. **113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.

FICO, Carlos. 'Prezada censura': cartas ao regime militar. **Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro: UFRJ, nº 5, pp. 251-286, set. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto; FREITAS FILHO, Armando. **Anos 70: Literatura** (vol. 2). Rio de Janeiro: Ed. Europa, s.d.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

_____. O passado recente em disputa: memória, historiografia e as censuras da ditadura militar. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida & TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, São Paulo, Hucitec, 2009, vol. 1.

MAUÉS, Flamarion. Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década de 1970. In REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão: seis estudos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

_____. A tortura denunciada sem meias palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida & TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, São Paulo, Hucitec, 2009, vol. 1.

_____. **Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984**. São Paulo, Publisher, 2013.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. **A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ, 2010. Tese do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.





REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

REIS FILHO, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: FICO, Carlos et al (orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 119-139.

SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. **Os escritores da guerrilha urbana. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)**. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2008.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da intolerância**. São Paulo: Ed. Senac, Terceiro nome, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (org.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Edusp, 1994.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Original recebido em: 21 de maio de 2020

Aceito para publicação em: 22 de outubro de 2020

Marcio de Souza Castilho

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

